

CAMPESINATO, GÊNERO, PESQUISA DE CAMPO: Ellen F. Woortmann com a palavra

ENTREVISTADORAS
Graziele Dainese
Ana Carneiro
Renata Menasche

1. Em vários momentos você mencionou a importância de diferentes disciplinas (sobretudo História e Arqueologia) na construção de perspectivas teóricas e etnográficas em seus estudos sobre o campesinato. Em que dimensões essas disciplinas trouxeram inflexões aos seus estudos antropológicos? Na direção inversa, como você vê a contribuição da Antropologia para esses outros campos?

Em primeiro lugar, quero agradecer pela oportunidade de conversar com vocês sobre esses temas que me são tão caros. Eles, com alguns outros, constituem o *Leitmotiv* de minha produção acadêmica.

Essa articulação entre História, Arqueologia e Antropologia foi forjada ainda na minha formação como antropóloga; hoje, face às recentes experiências de campo no Pantanal e sertão do Cariri, eu ainda acrescentaria mais enfaticamente os estudos ambientais e Geografia. Grosso modo, esses aportes ao pensar antropológico, compartilho com Klaas Woortmann, meu marido e estimulante companheiro de trabalho de campo e de todas as horas.

Contudo vale observar que aqui se está face a uma leitura seletiva dessas áreas de conhecimento. Assim, trabalho em temas específicos como memória, recorrendo à Micro História ou à História Local, por exemplo,

mantendo a História oficial em segundo plano. Da mesma forma, seletivamente, incorporo dimensões de padrões de assentamento antigos, memórias de mudanças e eventos significativos para o grupo, a fim de compreender o contexto ambiental no qual o grupo está ou esteve incorporado, *ou inbedded*, na acepção de Evans Pritchard.

E vale observar que a minha produção acadêmica (disponibilizada em www.ellenfwoortmann.pro.br) não é homogênea. Pode-se perceber que alguns artigos, em algum momento, dialogam mais com a História e a teoria do parentesco, como os relativos à imigração alemã e japonesa, por exemplo. Em outros o viés de gênero e ambiente é mais marcante, tal como os trabalhos sobre o Nordeste e Acre, com a proposta de modelo de análise pautada na articulação de espaços, insumos, produtos e gênero.

Na pesquisa sobre o sítio camponês de Sergipe, por exemplo, constata-se que ele vai se complexificando, ajustando-se a mudanças, sejam elas socioeconômicas, sejam ambientais, incorporando seletivamente novas práticas e produtos sustentáveis e descartando outras. Nessa pesquisa, se a dimensão histórica, de memória e meio ambiente estão evidentes, a dimensão de gênero e geração é menos evidente. A concepção clássica de *workteam*, tal como a propõe Galeski, prevalece e o contexto analítico é o da força de trabalho da família como um todo.

Tal como discuto no livro organizado por P.Scott e M.Andrade, *Gênero e Geração em Contextos Rurais*, a questão teórica de gênero e geração ilumina a análise das pesquisas rurais muitos anos após estar consagrada nos estudos de grupos urbanos.

Em minhas pesquisas posteriores no litoral do Rio Grande do Norte, se constata, por exemplo, que até os anos 1960/80, ainda prevalecia a estrutura tradicional, comum à maior parte da faixa litorânea brasileira, com suas terras “soltas” e complementaridade equilibrada entre mulher (terra) e homem (mar), e onde um provia os supostos da produção e realização dos papéis e identidades de gênero do outro. Este quadro, tradicionalmente sustentável e favorável à mulher, pois lhe garantia uma série de direitos consuetudinários nas comunidades pesqueiras, ainda que não a visibilidade, dá lugar à modernidade ou *tempo da ambição*. Este tempo é caracterizado pela gradual subordinação e degradação social feminina, em larga medida devido à atual degradação ambiental e grilagem dos seus espaços produtivos tradicionais. Nesse contexto, por paradoxal que possa parecer, a modernização que inviabiliza os espaços produtivos femininos em terra ou no *mar de dentro*, pouco impede ao homem de acessar o mar e de afirmar seu papel de gênero. A dimensão do tempo é significativa na medida em que as mulheres idosas são respeitadas e valorizadas. Elas permanecem na memória idealizada de um tempo passado de fartura alimentar, em que elas proveram suas famílias com os alimentos de sua produção agrícola e coletas. Esse quadro contrasta com o

tratamento dado as mais jovens, desvalorizadas e desrespeitadas porque não contribuem com a subsistência da família. Como mencionado, seus espaços produtivos desapareceram, foram grillados, poluídos ou aterrados.

As pesquisas relativas à dinâmica socioambiental da *colocação* em seringal no Acre são analisadas de forma análoga, porém apresentaram desdobramentos de gênero e geração distintos. Nessas pesquisas constatei, por exemplo, que a mulher nordestina migrada com a família na primeira década do século XX, e até certo ponto a indígena antiga, eram valorizadas pela historiografia local e na memória dos seringueiros, seus descendentes. Por outro lado, o significativo contingente de prostitutas que foi “importado” de Belém pelos seringueiros, num momento posterior, foi como que erradicado da memória e frequentemente omitido pela história local. Nesse quadro, constatou-se que a mulher inicialmente produtora invisibilizada e limitada de borracha e de alimentos, na segunda metade do século XX, face ao desmatamento e queda do preço da borracha, consegue substituir ao menos parcialmente os recursos naturais antes obtidos da floresta. Assim, a caça, pesca, coletas, etc, passam a ser substituídos por alimentos funcionalmente análogos, agora produzidos por ela na colocação, seja aumentando a área de produção de alimentos para subsistência, seja incorporando novas variedades agrícolas, e diversificando e incrementando a produção de animais domésticos.

A prática de articulação entre diferentes áreas de conhecimento, antes referida, veio a encontrar base teórica na distinção feita por Bourdieu, em seu *O Poder Simbólico*, entre *rigidez* e *rigor* na pesquisa. Na primeira faz-se uso autolimitado e até certo ponto *narrow minded*, de autores, dados, metodologias e práticas restritas à pesquisa antropológica, ao passo que *rigor*, supõe abrir, oxigenar a pesquisa ao incorporar contribuições enriquecedoras, multifacetadas de outras disciplinas. Desde outra perspectiva, sempre que possível, lancei mão da combinação entre dados qualitativos e quantitativos como forma de adensar minha produção antropológica. Na minha dissertação de mestrado, por exemplo, as estatísticas, percentagens, mensuração de fenômenos ou mesmo outras contribuições da Sociologia, foram fundamentais para o aprofundamento do conteúdo e para a construção do significado antropológico. E desde outra perspectiva, considero que o uso do método comparativo também foi importante. No meu *Herdeiros, Parentes e Compadres*, por exemplo, a configuração das unidades abstratas de comparação entre dois grupos camponeses aparentemente tão diferentes – gaúchos e nordestinos – foi fundamental para formulação teórica da pesquisa. Já em outros trabalhos, ao analisar questões relativas a um grupo específico desde uma determinada ótica, sempre que possível incluí dados atinentes a outros grupos em situação análoga, sejam eles contemporâneos ou coetâneos.

Essa articulação entre a Antropologia e campos disciplinares “vizinhos”, sem dúvida é bidirecional pois, sem dúvida, se a Antropologia recebeu contribuições significativas, ela, por sua vez, tem também contribuído para o enriquecimento da História, Arqueologia, Estudos Ambientais, Sociologia, Geografia Agrária, etc.

Assim é que, vários dos convites que recebi para ministrar cursos no Brasil e exterior foram motivados por artigos publicados. A relação entre gênero e meio-ambiente em grupos tradicionais, ou a reprodução da produção camponesa, foram focos de cursos de pós-graduação ministrados e voltados para professores e gestores públicos da América Latina, na Universidade Nacional de Honduras. Financiados pela Agencia Española de Cooperación y Desarrollo, esses cursos construíram a base para o desenvolvimento de uma série de projetos de pesquisa acadêmicos e de políticas públicas.

Alguns de meus trabalhos promoveram bons diálogos, por exemplo, com historiadores da Argentina e Espanha. Nos vários *talleres* e cursos que ministrei nas Universidades de Quilmes, Tandil e La Plata sobre organização social e parentesco, foram apresentados temas tais como, teorias de parentesco, padrões e práticas de organização familiar, assim como de nomeação, herança, compadrio no âmbito de movimentos imigratórios históricos. Essas contribuições agregaram e adensaram significados aos extensos levantamentos históricos por eles realizados. E serviram de estímulo para que uma das professoras fizesse doutorado comigo e outra, uma das principais historiadoras centradas na questão da imigração da Argentina, realizasse seu pós-doutorado em Antropologia na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore.

Interessante também foi a experiência que tive de ministrar parte de um curso de pós-graduação sobre migração histórica na Oslo University. Ao contrário de minhas experiências no Brasil e Argentina, em que a ênfase dada foi no fenômeno da imigração, do receptivo de contingentes de camponeses, em Oslo, enfatizava-se a ótica da emigração, da saída em grande escala de populações rurais para a América.

Se esses são exemplos de diálogos, intercâmbios com outras áreas, através de palestras, cursos, mediante contato pessoal e direto, em 2016 fui surpreendida com uma homenagem pela minha produção acadêmica. Segundo os organizadores do XXIII Encontro de Geografia Agrária, a minha produção acadêmica e a de Klaas Woortmann, estão sendo relidas devido à abordagem teórico-metodológica antropológica, a profundidade e do detalhamento dos dados qualitativos levantados pelo trabalho de campo, além do uso e interpretação dos dados quantitativos. Segundo aqueles geógrafos, nossos trabalhos antropológicos estabeleceram diálogos e contribuem para a formulação de novas perspectivas para a Geografia Agrária.

E para concluir, devo destacar que o universo dos dados quantitativos, sociológicos, é outra articulação que deve ser valorizada. Ainda que no plano do senso comum, “a Antropologia não mexe com dados quantitativos”, gostaria de aqui ressaltar que essa é uma falácia que deve ser combatida. A articulação entre dados quantitativos e qualitativos é fundamental, e desde a minha experiência de pesquisadora e orientadora, deve ser implementada, sempre que possível. Os dados quantitativos podem revelar a magnitude dos fenômenos antropológicos estudados em determinado tempo e espaço, isto é, apresentar a “radiografia” de um quadro. E por sua vez, com uma sequência metodologicamente controlada desses quadros, pode-se construir uma série, tais como do IBGE, PNAD, Censos, levantamentos e estatísticas policiais, de saúde, por exemplo. Base quantitativa posta, cabe ao trabalho de campo detalhado, orientado pela teoria antropológica, buscar o significado, o qualitativo. Foi o que realizei em vários de meus trabalhos, em especial em minha dissertação de Mestrado e tese de Doutorado.

2. Em seu livro, Herdeiros, Parentes e Compadres, você chama a atenção para a proeminência do parentesco como tema de estudo sobre povos indígenas e afirma a importância de pensá-lo a partir de contextos camponeses, propondo um exercício de diálogo entre esses campos a partir das experiências dos colonos do sul e dos sitiante do Nordeste.

Inicialmente vale lembrar que os estudos de parentesco em grupos indígenas constituem a chave para a configuração da própria Antropologia e parte central de seu acervo clássico. Boa parte das teorias de parentesco resultaram de pesquisas realizadas por antropólogos importantes em sociedades chamadas “primitivas” e constituíram uma espécie de “matéria prima” para contextualização de teorias relativas à troca como contrato social e princípio de reciprocidade. Como uma nova percepção do fato social total e como legitimação frente a outras áreas de conhecimento já estabelecidas

No Brasil, os estudos de parentesco em grupos camponeses permaneceu subsumido sob a esfera de interesse neo-econômico, pelas pesquisas sobre produção, demandas sociais e participação política durante muitas décadas. Nesses estudos, indígenas e camponeses foram pensados como grupos singulares, separados, nos quais as formas de transição, como comunidades ribeirinhas da Amazônia, camponeses indígenas, caixas, etc., pouco foram contemplados. Desde outra perspectiva, o parentesco, como organizador de fenômenos sócio demográficos, como dos fluxos de (i)(e)migração histórica e especialmente dos fluxos atuais, por exemplo, pouco foi estudado em sua extensão.

Ademais, grandes projetos antropológicos desenvolvidos sobre grupos camponeses, por exemplo, não aprofundaram a questão do

parentesco, ainda que tenham focado o grupo doméstico. Devo reconhecer que, ao me preparar para ir a campo no Nordeste pela primeira vez, minha preocupação também era analisar as formas de acesso à terra, de produção e reprodução da produção. Foi no campo que a dimensão parentesco se impôs a mim. Eu não poderia efetivamente compreender a dinâmica da economia camponesa, em seus termos, sem antes entender as relações de parentesco que organizavam o grupo, suas relações e seu ideário.

3. Em meio à diversidade de grupos e de contextos etnográficos abrangidos pela categoria “campesinato”, em que consistiria a especificidade camponesa? A categoria campesinato abrange uma multiplicidade de abordagens e por várias razões torna-se difícil identificar, de forma sucinta, a sua especificidade.

Como já mencionei em entrevista concedida à Profa. Carmen Rial do DAN/UFSC, cada teoria em geral, e as de campesinato em particular, deve ser pensada e pesada no contexto em que foi formulada, porque cada teoria, de certo modo, traz consigo as marcas do tempo e do contexto histórico em que foi formulada. Não se pode analisar, por exemplo, a teoria do campesinato de Chayanov, sem levar em conta as especificidades do universo rural e também acadêmico da Rússia do *fin de siècle* novecentista, ou analisar a teoria de Tepicht sobre o campesinato polonês, sem considerar a especificidade da Polônia na segunda metade do século XX.

Da mesma forma, no Brasil das décadas de 1960 até 1980, as contribuições teórico-etnográficas sobre grupos camponeses se concentraram, via de regra, em temas caros aos neo-economicistas: de um lado, o acesso à terra tradicional / patrimonial, o trabalho (dos camponeses) que transferem a sua produção (para os operários /proletários urbanos), e de outro, os movimentos sociais e políticos. Gradativamente, essa discussão se afasta do seu foco de interesse em áreas antigas, especialmente do Nordeste, Centro Oeste e Sul, para se concentrar na análise de novas faces e formas que os grupos rurais apresentam em áreas de ocupação mais recente, as chamadas *terras de fronteira ou frentes de expansão* (Amazônia e Meio Norte). A própria noção de campesinato como que se desdobra ao abrir espaço para incorporar novas configurações identitárias em torno da terra, ao mesmo que há uma releitura das tradicionais.

Assim, ao lado de novas noções sobre grupos específicos tradicionais, em áreas específicas e via de regra ligadas a movimentos sócio-políticos organizados face e pelo Estado, consagram-se algumas categorias, tais como ribeirinhos, pantaneiros, vasanteiros, etc. Por sua vez, cada uma dessas categorias abarca diferentes grupos de identidade tradicionais, tais como os quilombolas, que podem incluir “terra de preto”,

“patrimônio”, “terra de santo”, “fundo de pasto”, etc., com frequência relacionados a formas de apropriação comunal da terra: “largas”, “patrimônio”, “soltas”, “faxinais”, etc. e organizado em torno de padrões de direito consuetudinário.

4. O seu trabalho, em muitos aspectos, aproxima-se dos estudos de Giralda Seyferth e de Margarida Maria Moura. São contribuições que apresentam deslocamentos importantes em um campo de discussão fortemente marcado por autores homens. Você observa nessas contribuições suas e de suas colegas um viés teórico específico possibilitado pela posição de gênero? Em que o fato de ser antropóloga mulher pode ou não trazer novidades em relação à produção masculina?

Sim, compartilhei com Giralda e Margarida, duas antropólogas de renome e excelente produção acadêmica, a análise da herança no contexto de populações rurais. No entanto em minhas pesquisas procurei ir além: entender o sistema de parentesco dos dois grupos camponeses, seus padrões de herança, estendendo a análise a padrões de nomeação, compadrio, por exemplo.

Contudo, considero que o fato de ser antropóloga não necessariamente abre novas perspectivas de análise. Não acredito na especificidade do “olhar de gênero” em si e não sei se aceito algumas afirmações de que na pesquisa antropológica, enquanto o homem aponta para generalizações, que a mulher busca o detalhamento e que trabalhos de gênero são trabalhos sobre mulheres.

Prova disso é o grande número de trabalhos realizados por mulheres sobre o seringal, sobre o universo masculino, porém não sobre mulheres no seringal. Se omitia a presença feminina nos seringais, ainda que houvesse fotos antigas comprovando sua presença. Acredito que o fato dessas antropólogas realizarem suas pesquisas em locais polarizados pelo universo masculino, em especial no barracão, sindicatos e eventualmente no batelão, foi decisivo. Elas acriticamente incorporaram, naturalizaram o discurso de gênero englobante de que a produção da borracha, por exemplo, resultava tão somente da força de trabalho masculina.

Nesse contexto, a contribuição feminina no corte da seringa foi omitida, assim como foi invisibilizado o fato da produção de alimentos comercializada pelos seringueiros no barracão ser o resultado do trabalho feminino. A colocação, como espaço-chave da produção e reprodução do gênero feminino, estava fisicamente distante na floresta e intelectualmente distante da academia. Assim, posso afirmar que algumas novas abordagens podem ou não abrir portas para novos conteúdos e interpretações.

Os projetos financiados pelo PNUD/ONU dos quais participei ao lado de pesquisadores e pesquisadoras da Sociologia e Comunicação e que geraram vários artigos e atividades acadêmicas e com as mulheres das

localidades em que foram realizadas as pesquisas, foram na contramão desse quadro. Nesses projetos buscou-se o “avesso” do consenso público: as pesquisas foram centradas nas mulheres em “comunidades de pescadores” e seringais.

Na primeira as pesquisas foram centradas na relação gênero, tempo/espço e meio ambiente e no seringal elas foram centradas na dinâmica da *colocação*, na articulação entre os espaços/tempo e gêneros. Mostro que apesar dos impactos da modernidade, com a forte degradação ambiental – especialmente o desmatamento– é a mulher que consegue promover a sustentabilidade e assegurar a reprodução social do grupo em geral e de sua família em particular.

E, para concluir, acredito que o gênero dos pesquisadores (as) não é um determinante do tipo “homens estudam homens e mulheres estudam mulheres”. O trabalho de Klaas Woortmann, por exemplo, que resultou na sua tese de Doutorado intitulada *Marginal Men and Dominant Women*, tem como pontos centrais a chamada díade mãe-filhos, que ele relaciona com a centralidade feminina nos cultos afro-baianos.

5. Nos capítulos iniciais do livro “O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”, você e Klaas Woortmann, vocês refletem sobre condição de casal fazendo trabalho de campo juntos e separadamente. Como essas diferentes situações se refletiram na pesquisa como um todo e nas questões de gênero?

Acredito que o fato de Klaas e eu termos trabalhado juntos em parte da pesquisa de campo no sertão de Sergipe, em vários contextos foi desafiante, seja porque tivemos que nos ajustar na dinâmica das entrevistas, seja por que em algumas situações, entrevistas de gênero cruzadas ou paralelas foram altamente proveitosas e outras nem tanto. Mulher entrevistando mulher na cozinha, se por um lado pode viabilizar depoimentos densos, confidenciais, por outro lado pode levar a conversas superficiais ou supérfluas... De outro modo, uma entrevista de gênero cruzada, em que se coloca o camponês no papel de professor que com paciência e até condescendência, detalha o seu complexo processo produtivo agrícola a uma “aluna” da cidade, pode ser muito elucidadora. Da mesma forma que a partir de uma “conversa entre homens” aspectos da gestão da produção agrícola podem ser desnaturalizados, esclarecidos. Assim, se não concordo, como já mencionei acima, com a perspectiva de que “homem estuda homem e mulher estuda mulher”, existem no entanto contextos de pesquisa em que certos temas podem ser tratados de forma mais detalhada, aprofundada quando a entrevista é paralela em termos de gênero.

Outra dimensão que pode ser incluída porque em muito contribuiu para o êxito do trabalho de campo, foi a nossa dinâmica enquanto casal. Na

nossa primeira ida ao campo éramos recém-casados e sem filhos, preocupados com a questão produtiva, modelos de consorciamento, lógica da alocação da força de trabalho, tipos de acesso à terra, etc. Na segunda ida eu fui sozinha e estava grávida do 6º para o 7º mês. Esse fato, sem dúvida, me abriu a oportunidade para aprofundar uma nova questão: a sexualidade e reprodução, assim como temas correlatos e para mim surpreendentes, tais como a relação entre sexualidade e suas dimensões simbólicas no processo produtivo. E aqui constatamos outra peculiaridade contextual da época: não se falava de sexualidade com “moças solteiras”, supostamente virgens, ou mesmo com mulheres casadas, mas ainda sem a experiência de terem tido filhos; tão pouco se incluía idosas, “por respeito”.

Nessa perspectiva, o fato de eu estar grávida e muitas delas terem inclusive conhecido pessoalmente o Klaas, em muito contribuiu para que se estabelecesse como que um “diálogo de gênero”, ainda que não de geração, com troca de experiências, ao invés de uma situação convencional de entrevistadora e entrevistadas.

Acredito que o fato de ter estado grávida do meu primeiro filho no sertão de Sergipe e do meu segundo filho nas colônias teuto-brasileiras também me garantiu acesso a dados em maior profundidade sobre corpo, amor, sexualidade, etc. e dados sobre a existência do que se poderia denominar etno-concepção da concepção, até então inéditos nos estudos de grupos camponeses no Brasil. Aliás, é interessante que esses depoimentos não convencionais, *oficiosos*, também me foram prestados em momentos e situações não oficiais, convencionais de entrevista, portanto longe dos olhos dos homens, na cozinha após o almoço (SE e RS), no trato das vacas (RS), ou entre remendos, costuras e bordados (SE), isto é em espaços/tempos de gênero. Entrevistas com homens devem ser feitas preferencialmente em espaços masculinos, como a sala (em oposição à cozinha) e a roça, ou no sindicato.

A percepção tradicional de corpo feminino que eu encontrei entre os colonos teuto-brasileiros não corresponde à noção de beleza ou deseabilidade urbana atual porque ela está pautada em outros valores que prazer e estética. Não que esses últimos não estejam presentes, porém possuem valor menor.

Diferentemente do ideário urbano-capitalista, na percepção desses colonos, o corpo feminino deve ser forte, não magro; “redondo”, não angular. Essas características, por sua vez apontam para valores importantes e são parte do que Klaas Woortmann identifica como *categorias nucleantes* do discurso camponês: terra, família e trabalho. Mais do que o prazer, o sexo no mundo camponês está orientado para a geração de filhos e filhas saudáveis, hoje em menor número do que nas gerações anteriores, mesmo porque hoje é maior o acesso a métodos anticoncepcionais. Mas ainda hoje, mais do que a beleza, o corpo feminino

deve atender às necessidades que o seu papel de gênero lhe atribui. Por isso, um corpo *forte* “cheinho”, porém não gordo, é desejável porque ele aponta para a maternidade e capacidade de trabalho. Nos termos economicistas, se diria que a concepção de corpo aponta para a sua potencial capacidade de geração e realização da força de trabalho familiar.

Como mencionado acima, vale ressaltar que nos dias de hoje, este quadro está em mudança. A mídia, uma maior proximidade com centros urbanos, a maior mobilidade urbano/rural, a “rurbanidade”, tal como definida por Maria José Carneiro, levam a uma maior permeabilidade ideológica, em que muitos valores tradicionais passam a ser questionados ou até descartados. Esse fato gera crises e questionamentos entre os gêneros nas novas gerações e mesmo entre as gerações.

A análise do fenômeno da migração acentuada de jovens, especialmente para as cidades é outra questão importante e que está diretamente relacionada às relações de gênero. Mulheres jovens, mais do que rapazes, migram porque tem oportunidades maiores no mercado de trabalho urbano em comparação com os homens jovens que tem maiores oportunidades na área rural.

Em Teófilo Otoni, por exemplo, como em outras áreas camponesas, identifiquei a existência de “circuitos de inserção e alocação de força de trabalho feminina camponesa”, com frequência organizados por relações de parentesco, compadrio ou amizade.

A partir de um *start point* como domésticas, elas passam a buscar novas alternativas melhor remuneradas, para então estudar, casar e ascender social e economicamente. Constitui uma situação análoga, ainda que em menor escala, à que encontrei nas pesquisas históricas sobre emigração da Escandinávia do século XIX até a década de 1950. Nesse período, jovens camponesas solteiras muitas vezes em grupo, após “estágio como empregadas”, na antiga Christiania, hoje Oslo, seguiam para trabalhar nos Estados Unidos, via de regra em locais em que já houvessem pessoas parentes ou da aldeia de origem. Essas jovens camponesas, pelo fato de serem solteiras, até certo ponto “eram migradas”, tendo o valor família como referência. Parte dos homens jovens também seguia o destino da emigração, porém de outra forma. Seguiam rumo ao mar, espaço masculino, em ocupações na marinha ou pesca.

Mais próximo de nós, esse modelo migratório diferenciado por gênero se mostra operativo até os dias atuais. Por exemplo, na Ceilândia, cidade satélite de Brasília, uma família migrada de Três Lagoas, Paraíba, entre 1962 e 2014, hospedou em sua casa e “deu rumo na vida” a 26 familiares vindos de seu lugar de origem. Contudo, se a migração desses jovens segue a dinâmica organizada pela família, ela se faz de forma diferenciada, de acordo com o gênero. Os homens solteiros jovens permaneciam hospedados por tempo menor, até que, acionando redes de

laços sociais, conseguissem trabalho e lugar onde morar; em outros termos, até conseguirem se sustentar. Já as jovens solteiras, mesmo após conseguirem emprego e eventualmente passarem a estudar, permaneciam hospedadas na casa desses parentes até casar. E é interessante que praticamente todos os migrados de Três Lagoas ainda hoje vivem nas proximidades da casa que os hospedou. Seria algo como uma “Little Três Lagoas” na Ceilândia!

6- Em seus trabalhos, é recorrente a descrição de um modelo de relação entre os gêneros que se baseia na separação/diferenciação bem demarcada entre lugares/acontecimentos masculinos e femininos (tal como se vê nas descrições orientadas pelo binômio casa/roçado). Você apresenta esse universo organizado de forma hierárquica e complementar, sendo o princípio da complementaridade entre masculino e feminino orientado por uma visão de mundo em busca constante por harmonia e integração. Como você entende a atualização desse princípio de complementaridade diante da participação das mulheres rurais seja em movimentos sociais, seja no acesso à educação ou em outros acontecimentos que você possa indicar a respeito das transformações sociais no campo?

Partindo do final da pergunta, em primeiro lugar considero que os termos transformação e mudança não devem ser utilizados tais como percebidos no senso comum. Via de regra há mudanças significativas no campo, mas que não chegam a ser efetivamente transformações. Como já mencionei em outro trabalho, o termo transformação implica em trans / formar, isto é, passar qualitativamente, mediante ruptura, de uma forma para outra.

É o que se identifica, por exemplo, em regiões onde grupos camponeses tradicionais são substituídos por grandes empreendimentos produtores globalizados de *commodities*, que operam com *agricultura de precisão*. O que ocorre é a passagem de um modelo produtivo para outro e se encontra, por exemplo, na nova fronteira agrícola centrada no Maranhão, Piauí e parte de Goiás. Nesse novo modelo, todo computadorizado, a tomada de decisões resulta, não da tradição ou indicação de técnicos, mas da análise de modelos matemáticos, dados georeferenciados, interpretação de geostatísticas, tudo orientado por GPS e drones de alta complexidade. E ao contrário do modelo camponês, prescinde da força de trabalho não qualificada, que é substituída por alguns poucos trabalhadores altamente especializados e equipamentos sofisticados de alto custo.

Voltando à pergunta, em contrapartida, a noção de mudança supõe alterações quantitativas, isto é, mais, ou menos, de algo preexistente, alterações no modelo produtivo que resultam da agregação de novas modalidade de energia, novos insumos e equipamentos, ou ajustes que

visam à maximização dos recursos disponíveis, etc.; remete ao que *Spindler* explicita ao distinguir entre *motorização* e *mecanização*. Enquanto na primeira tão somente se agiliza, se baixa custos ou se diminui o esforço despendido pela força de trabalho familiar responsável, e se realiza ajustes no modelo tradicional, na mecanização algumas alterações são qualitativa e quantitativamente maiores. São ajustes maiores ou menores, porém ainda ancorados no modelo existente.

Destarte, é fundamental entender as mudanças que atualmente ocorrem em grupos camponeses porque são importantes e necessárias para assegurar a sua reprodução social. E muitas dessas mudanças são uma resposta a sérias crises que ocorreram recentemente.

É o caso da introdução da agricultura orgânica nas áreas coloniais antigas do Rio Grande do Sul. Como já discuti em outro trabalho, com a introdução da *agricultura verde* nas áreas camponesas e a aplicação indiscriminada de defensivos agrícolas, é constatada uma alta incidência de graves problemas de saúde, especialmente entre os homens da família, pois estes eram os responsáveis pela aplicação dos *venenos*. A aplicação incidia tanto nos produtos para comercialização, quanto naqueles voltados para a subsistência da família. Esses problemas de saúde geraram incapacidade de trabalho e sexual temporária ou irreversível, levando a quadros depressivos e até de suicídios.

Nesse contexto, gradativamente, muitas mulheres – pacíficas, porém não passivas – como responsáveis pela saúde da família, passaram reagir, a buscar novas soluções que não comprometessem a saúde da família. Várias delas, com suas famílias, migraram em busca de trabalho na cidade, outras optaram pela agricultura orgânica.

Percebe-se que no processo de implantação do modelo de produção orgânica nas antigas colônias, houve como que uma modalidade de aproximação /negociação entre práticas ecológicas tradicionais dos colonos e as configuradas pelo ideário atual divulgada por ONGs. Num crescendo, as colonas partem para o cultivo experimental orgânico, em seus espaços de gênero, na sua horta de subsistência próxima à casa. Posteriormente seguem para outras áreas agrícolas. Paralelamente, e muitas vezes não sem conflito, elas passam a insistir na implantação dessa modalidade de agricultura em espaços masculinos.

Nesse quadro de gênero espaço/tempo, identificam-se prioridades orientadas pelo valor família. Em primeiro lugar, implantar o modelo produtivo de “planta saudável” nos espaços femininos de consumo familiar, seguido pela produção feminina de animais “orgânicos” e seus alimentos, para depois ser implantada nos espaços masculinos de consumo familiar. Nem todos seguem essa trajetória gradativa de substituição para o modelo de *agricultura verde* naquelas áreas centradas em produtos para a comercialização, não se tornando, plenamente, agricultores orgânicos.

Assim como os produtores nipo-brasileiros de morango do Guar, cidade satélite de Brasília, que não consomem seus morangos produzidos para a comercialização, assim fazem também os colonos teuto-brasileiros. E, em várias comunidades, identifiquei a ocorrência do que se poderia denominar de “circuitos femininos de troca entre vizinhanças” de produtos orgânicos bem como a venda pelas mulheres de seus produtos, seja *in natura* ou *beneficiados*, em feiras nas cidades. Outra alternativa  disponibilizar espaços para que visitantes turistas colham e paguem pelos produtos orgânicos da horta. Contudo, vale observar que, por não dominarem o complexo discurso técnico-administrativo, não atingem a última etapa do processo, a certificação de sua produção orgânica.

7- A palavra *feminismo* não é desconhecida das mulheres engajadas nos movimentos sociais voltados às reivindicações da terra e do território. No entanto, parece que esse termo nem sempre é destacado em suas lutas mais históricas, comumente constituindo-se como mais relevantes as expressões “mulheres rurais”, “mulheres camponesas” ou “mulheres do campo”. Estamos aqui pensando no protagonismo feminino em movimentos como a Marcha das Margaridas e outros que marcam o engajamento das mulheres camponesas nos últimos anos no Brasil. Você concorda com essa afirmação? Em caso positivo, a que você atribuiria a não aderência ao termo *feminismo* nas reivindicações e bandeiras dessas mulheres? Até que ponto o recorte geracional e também as alianças políticas com outros movimentos influenciam a adesão ou não ao vocabulário do discurso feminista?

Em primeiro lugar a categoria *feminismo*  parte de um ideário acadmico-urbano, que emerge no Brasil vindo dos Estados Unidos, na fervilhante década de 1960. Essa categoria, tal como o movimento feminista, possuem uma dinâmica que se reconstruiu constantemente nos últimos 60 anos, e que possui singularidades e dimensões próprias, de acordo com o seu contexto.

Acredito que, ainda que os movimentos sociais femininos tenham algumas reivindicações em comum com as feministas, há aspectos que ainda são pouco compartilhados, tais como a liberação sexual feminina, a defesa do aborto, são para citar alguns. As propostas dos movimentos de mulheres rurais, ao menos por enquanto, lutam por soluções para problemas que ls são próximos, ainda bastante centrados no setor produtivo, ligadas à melhoria da sua qualidade de vida, em questões ligadas ao acesso à terra, direitos trabalhistas, etc. Até um passado recente, em muitos lugares as mulheres eram excluídas da herança da terra.

Pode-se reconhecer que suas reivindicações com frequência estão ligadas a questões nas quais hoje recebem algum apoio. Em várias das demandas não se pode deixar de reconhecer as igrejas e setores políticos

que prestam apoio a esses movimentos, ainda que certamente não aceitem apoiar questões, tais como aborto e liberação sexual feminina.

Finalmente, gostaria de compartilhar nesta parte algumas ideias, ainda que de forma pouco aprofundada e que de alguma forma dizem respeito a temas próximos.

Fazendo-se uma retrospectiva das minhas pesquisas sobre grupos camponeses, percebe-se que a tradicional e nítida diferenciação entre urbano e rural cada vez mais se dilui tendo em vista que os meios de transporte e a mídia os aproximaram.

Será que as noções de campesinidade, moralidade camponesa, matriz camponesa, e outras, que até agora foram conceitos-chave de análise, *guidelines* de pesquisa, estariam hoje em xeque? Ou, será que a reprodução social camponesa, a divisão de gênero, trabalho e mesmo a sua reprodução da produção se perderam? Desde o século XIX, Karl Kautsky, impactado pela visão da primeira revolução industrial – expressão de um modelo de capitalismo selvagem avassalador que se avizinhava – agonisticamente apregoava o desaparecimento dos grupos camponeses, o fim dos tempos do campesinato, que inexoravelmente seria substituído pelo *Lumpenproletariat*. Novas estruturas seriam criadas e novas formas de exploração da força de trabalho impostas.

Kautsky estava totalmente equivocado em seus prognósticos? Em parte não, pois no decorrer desse tempo até hoje, percebe-se que vários grupos camponeses, tais como existiam no século XIX, desapareceram, passando a fazer parte dos excluídos, dos marginalizados.

A chave da minha reflexão, contudo, se centra naqueles grupos que, apesar de continuarem subordinados, social e economicamente, se reproduziram e enfrentaram os *constraints* historicamente impostos. São grupos que plasticamente se adaptaram, se ajustaram aos novos tempos.

Mutatis mutandi, o impacto da industrialização e do modelo capitalista alcançou os grupos camponeses no Brasil em vários momentos e de várias formas. A Lei de Terras, por exemplo, que ao impor a propriedade privada das terras, legitimou a tomada das “terras devolutas” pelas elites agrário-cartoriais. Outro impacto, este menos conhecido, porém nem por isso menos importante, foi o estabelecimento de cercas de arame farpado com a delimitação de espaços e fechamento das terras, impedindo o livre trânsito de pessoas e animais, assim como o acesso a recursos livres nos termos de um direito consuetudinário, especialmente à água.

Desde outra perspectiva, comparando-se a história dos direitos trabalhistas rurais, face aos urbanos, constata-se um significativo descompasso entre idade, tipo, gênero no acesso a direitos sociais. Nesse descompasso constata-se uma evidente discriminação do rural, face ao urbano e no rural, uma evidente discriminação de gênero.

Na década dos anos 30, com o governo de Getúlio Vargas uma série de medidas significativas são tomadas a partir da criação do Ministério do Trabalho, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho – leia-se, do trabalhador urbano – os sindicatos operários, que são reconhecidos em 1931, previdência social e a aposentadoria, etc. Já no final de seu mandato, em 1944 é que Vargas assina o Estatuto do Trabalhador Rural. Em 1971 é criado o Funrural, em que pela primeira vez é concedida a aposentadoria e previdência social aos trabalhadores rurais. Porém, a discriminação é evidente se comparada aos direitos assegurados ao trabalhador urbano, que recebe pelo menos o salário mínimo de aposentadoria. Pelo Funrural, somente o homem acima de 65 anos tem direito à aposentadoria como “cabeça do casal” (pois a mulher é como que “englobada”) e recebendo apenas meio salário mínimo.

A mulher somente será contemplada em parte de seus direitos, no sentido mais amplo, na Constituição de 1988. Contudo, ainda assim, uma série de direitos lhe são negados e só posteriormente vem sendo conquistados.

Em plena *modernização conservadora* que caracterizou a área rural brasileira, uma série de movimentos sociais se mostraram decisivos para a luta pelos direitos rurais, leia-se camponeses.

Um dos movimentos sociais mais importantes é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que, face ao forte êxodo rural que ocorria no Sul, e se opondo à política de colonização implementada durante o período militar, em 1981 ocupa a Fazenda Anoni e instala o 1º acampamento em Ronda Alta. A partir desse *start point*, o movimento passa a plantear a reforma agrária com a distribuição de áreas compatíveis com as necessidades das famílias; após se impor no Sudeste, se estende para outros estados e regiões. Hoje seu maior foco de atuação está no Maranhão e Piauí, na defesa dos trabalhadores rurais /camponeses sem terra.

Analisando-se a trajetória do MST desde sua estrutura interna, percebe-se algumas questões interessantes. Tal como discuto em outro texto, observa-se, que o movimento inicia pautado em uma percepção de esquerda, no entanto ainda bastante comprometido com o ideário camponês e holista, que pode ser sintetizada no seu lema inicial: “terra de Deus para quem nela trabalha”. É o período em que o apoio político das Igrejas ainda é marcante, decisivo como força de apoio face aos constantes enfrentamentos. Esse apoio gradativamente diminui dando cada vez mais lugar a um movimento de orientação laica.

Desde outra perspectiva, é interessante também observar que o MST, se como movimento político lutou por bandeiras de vanguarda para a área rural, na sua estrutura interna sobreviveram estruturas tradicionais de gênero. Se coube ao homem montar e prover os acampamentos e participar

dos eventos públicos mais importantes, coube à mulher, em seu papel tradicional de gênero no mundo camponês, a tarefa da gestão da barraca e de um cotidiano invisibilizado. Enfrentando a precariedade e a insalubridade das condições, a ela cabia “cuidar”, a manter e organizar o acampamento, tornando-o, até certo ponto, um espaço feminino. Essa divisão de gênero de certa forma se replicou quando do acesso aos assentamentos de reforma agrária, em que a terra era destinada aos homens em detrimento das mulheres que só tiveram acesso a ela mais tarde, e não sem luta. Ademais, àquelas mulheres que participavam da organização do movimento, por sua vez, eram destinados cargos secundários, invisibilizados, de auxiliares, secretárias, conselheiras, porém raro era o acesso a cargos que em que elas tivessem voz de comando. Esse quadro vem sofrendo algumas mudanças nas últimas décadas no âmbito de outros ajustes recentes do movimento.

De forma análoga, a conquista de direitos muitas vezes específicos das mulheres, via de regra relacionados à burocracia estatal, por exemplo, são a grande demanda de movimentos sociais como a Marcha das Margaridas. Tal como menciono em outro trabalho, o forte impacto da marcha, a destacada visibilização dessas mulheres rurais pela mídia é, sem dúvida, decisiva para a derrubada de muitos e importantes *constraints* por elas vividos. Essas mulheres, sendo protagonistas de movimentos sociais, após cada ano, após cada luta, se esforçam para alcançar mais um degrau rumo à coetaneidade de direitos face aos homens e contrapor-se também às tentativas de retrocesso pautadas por forças de oposição à elas. E finalmente, gostaria de ponderar algumas questões acerca da relação entre mudanças que ocorrem atualmente no seio dos grupos camponeses face às mudanças e inovações tecnológicas.

Tal como enfatizado em outro artigo, os grupos camponeses, ainda que não da mesma forma, são sujeitos às pressões externas – notadamente aquelas que têm origem na expansão do capitalismo – e muito da dinâmica de sua organização social e processo (re)produtivo constitui resposta a tais pressões. Enfatizo também, que o processo de “modernização” supõe a aquisição por parte do campesinato de outro(s) saber(es). Mas vale ressaltar que os grupos camponeses são portadores de um saber próprio, saber esse que não apenas orienta a prática do cotidiano, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões dissolutivas externas, de incorporar seletivamente a inovação e de se atualizar face à mudança. Trata-se de um *habitus*, ou de um sistema cognitivo capaz de ajustar ou redefinir as inovações em seus próprios termos.

E concluindo, pode se ainda perguntar: o jovem rural, no interior do Nordeste, por exemplo, ao substituir o burro por uma moto, deixa de ser camponês?

Depende do significado atribuído e do contexto da substituição. De forma simplificada pode-se argumentar que, se a moto for utilizada para realizar o trabalho antes realizada com o burro, substituir, portanto um “instrumento de trabalho”, tradicional por outro, ao qual se atribui maior velocidade na realização de tarefas, uso polivalente e menor “custo de manutenção”, nesse caso se está em presença de uma atualização camponesa, referendada por valores tradicionais. Se, contudo, essa moto for comprada como símbolo de status, em contexto competitivo face a outras motos, e ainda se agrega a compra de roupas de moda, corte de cabelo, etc., então a compra é parte de um *consumo ostentatório*, expressão de um ideário em que o consumo capitalista enquanto valor, atribuiu novo significado à compra. Isso não quer dizer contudo, que não haja ostentação no ideário camponês, ela existe, porém em seus termos. E é em seus termos que os grupos camponeses seletivamente incorporam ou não as inovações tecnológicas que a sociedade envolvente lhes disponibiliza.